

O GOLPE ERA REALMENTE MISÓGINO A DESCONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE GÊNERO

O enfrentamento à violência contra as mulheres, a promoção de direitos e o estímulo à autonomia das brasileiras foram diretrizes centrais dos governos do PT. A criação da Secretaria de Políticas das Mulheres, a alocação de recursos orçamentários crescentes, a transversalidade das políticas, as parcerias com estados e municípios e com os movimentos sociais, as conferências e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres expressam o compromisso com busca da igualdade de gênero no Brasil.

O golpe interrompeu este processo. Progressivamente, as políticas e os instrumentos foram sendo fragilizados; a participação social, excluída; e os recursos orçamentários, reduzidos. O compromisso com a garantia e promoção dos direitos das mulheres deixou de existir.

SEM SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, SEM PROGRAMA NO PPA

A menor importância das políticas para as mulheres nos governos pós-golpe se expressa em medidas institucionais:

- o rebaixamento da instância de gestão dessas políticas, que perdeu status de ministério e transformou-se, no governo Bolsonaro, em secretaria ministerial;
- extinção, no PPA 2020-2023, instrumento de planejamento e organização das ações do governo federal, de programa voltado à garantia e promoção dos direitos das mulheres;
- inexistência, no PPA 2020-2023, de qualquer menção a gênero e violência contra a mulher.

Estas medidas explicitam uma mudança substantiva na atuação do Estado em relação as mulheres. Nos PPAs anteriores, com variadas formulações, prevalecia a lógica de direitos e a atuação do Estado visava a ampliação do acesso aos bens públicos e a superação das desigualdades e discriminações. No PPA atual, prevalece a visão de promoção da dignidade, e a formulação de proteção da maternidade e da família, um retrocesso em relação à saúde integral da mulher, direitos sexuais e reprodutivos.

Um retrocesso histórico na relação entre o Estado e as mulheres!

ESTRANGULAMENTO ORÇAMENTÁRIO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A redução dos recursos disponíveis para os programas para as mulheres é uma marca do período pós-golpe. A partir 2017, primeiro ano em que o orçamento foi elaborado pelo governo Temer, o total executado caiu vertiginosamente. Em 2019, a execução correspondeu a 49 milhões de reais, 36% do total executado no último ano do governo Dilma.

A partir de 2020, não há mais recursos orçamentários neste programa. Nem mesmo existe um programa orçamentário específico para as políticas para as mulheres. As políticas de igualdade para as mulheres, igualdade racial, promoção dos Direitos Humanos e dos

direitos dos povos e comunidades tradicionais foram agrupadas em um único programa, cuja dotação orçamentária é distribuída entre todas essas áreas.

GRÁFICO 1: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA 2016 - POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA *



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Sio.

* Em milhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

PARALISIA DA CASA DA MULHER BRASILEIRA

Lançada em 2013, a Casa da Mulher Brasileira pretendia chegar às 27 capitais do país. Quando ocorreu o golpe, três casas haviam sido construídas – Campo Grande, Distrito Federal e Paraná, mas apenas as duas primeiras haviam iniciado o atendimento. Havia outras cinco em construção.

Desde então, apenas três casas foram concluídas e transferidas para os governos estaduais. Desde 2017, praticamente não houve execução orçamentária para esta ação.

Com a criação do programa Mulher Segura e Protegida em 2019 (Decreto 10.112), em substituição ao Mulher: Viver sem Violência, a manutenção das atuais e futuras Casas da Mulher foi transferida para estados e municípios. Na prática, frente às restrições orçamentárias vivenciadas pelos entes da Federação, isto significará a estagnação e progressivo término da ação.

EXTINÇÃO DO LIGUE 180

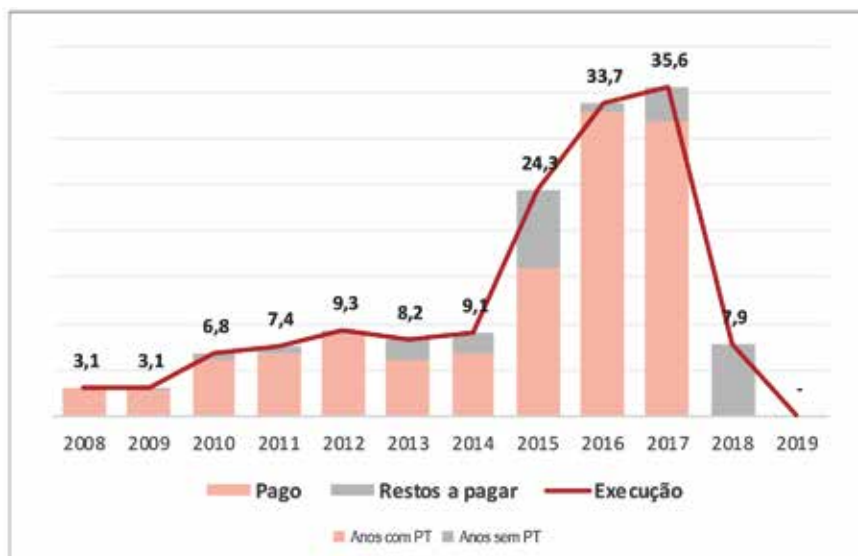
Criado em 2005 e aprimorado em 2013, o Ligue 180 tem sido um instrumento fundamental na política de enfrentamento à violência contra a mulher. A partir de 2018, não houve aporte de novos recursos para seu funcionamento, com a execução orçamentária restrita ao suprimento de restos a pagar. Em 2019, não houve nem mesmo restos a pagar.

No primeiro ano de governo, Bolsonaro decidiu integrar este canal ao Ligue 100, serviço de denúncias de violações de direitos humanos. Em um momento em que os dados de violência contra a mulher cresciam, demandando mais agilidade dos mecanismos de acesso a atendimento e denúncias, o governo extinguiu o Ligue 180.

Considerando a crescente demanda, esta medida de aparente racionalidade do sistema se justificaria se o montante investido permanecesse, ao menos, igual à soma do investido anteriormente nos dois serviços. Não foi isto que ocorreu, contudo.

Em 2020, as duas centrais de atendimento passaram a compartilhar o mesmo recurso orçamentário, com pagamento de 27,58 milhões de reais para o total dos serviços. No orçamento de 2021, constam de 31,5 milhões de reais, menos que o executado somente para o Ligue 180 em 2016.

GRÁFICO 2: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO 8831 – CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES – LIGUE 180*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Sioe.

* Em milhões de reais de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

OS RETROCESSOS NAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES

A redução de recursos e as mudanças de foco na política de atenção integral à saúde da mulher têm comprometido ações fundamentais para o enfrentamento à violência e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos.

Além da redução de recursos, a partir do golpe inúmeras medidas têm solapado os avanços nesta área. Em maio de 2019, o Ministério da Saúde tornou público um despacho proibindo o uso do termo violência obstétrica em suas normas e políticas. No mesmo mês, por meio do Decreto 9.795, extinguiu o departamento que, no Ministério da Saúde, cuidava da política de enfrentamento à epidemia de AIDS, transformado em coordenações (na lógica institucio-

nal do Ministério, de menor importância), o que tende a dificultar ainda mais as mulheres a se protegerem do HIV e acessarem serviços e cuidados.

A humanização do atendimento às vítimas de violência sexual deixou de ser uma diretriz, como é exemplar a Portaria 2.282, substituída pela Portaria 2.561, ambas de 2020. Essa última, mesmo excluindo os excessos da primeira, mantém a recomendação de que médicos e profissionais da saúde notifiquem a polícia ao acolherem mulheres vítimas de estupro que procurem uma unidade de saúde pública para realizar um direito seu. Determina que, no termo de consentimento que as pacientes assinam para fazer a interrupção da gestação, haja uma lista dos riscos e dos desconfortos decorrentes do procedimento.

O Brasil tem se posicionado consistentemente contrário aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em conferências internacionais das Nações Unidas:

- a partir de 2019, com base em instruções emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores, representantes nas várias instâncias das Nações Unidas passaram a manifestar veto ao uso do termo “gênero” em documentos multilaterais;
- em outubro de 2020, se somou aos Estados Unidos, Uganda, Egito, Hungria e Indonésia na formulação de um documento, denominado Declaração de Genebra, cujo texto se opõe a políticas que preveem o acesso ao aborto e a favor do papel da família como fundamental para a sociedade;
- em março de 2021, durante a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, se recusou a assinar declaração em favor da proteção dos direitos das mulheres e por avanços em ações de igualdade de gênero. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a recusa decorre de o governo brasileiro não apoiar *“referências a termos e expressões ambíguas, tais como direitos sexuais e reprodutivos”*.

RETROCESSOS NAS AÇÕES PRÓ-EQUIDADE NO MUNDO DE TRABALHO

Reduzir as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho foram objeto de várias medidas no período do PT. Pós-golpe, e em especial no governo Bolsonaro, esta questão perdeu relevância e as medidas foram abandonadas.

O Programa Pró-Equidade de Gênero, criado para estimular a adoção de ações em empresas de médio e grande porte para enfrentar todas as formas de discriminação, foi extinto após sua 6ª edição, que ocorreu entre 2016 e 2018, e na qual havia 122 empresas participantes.

O importante impacto pró-formalização da PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2103 e Lei Complementar 150/2015) foi interrompido pela combinação de baixo dinamismo do mercado de trabalho com reforma trabalhista. Em 2016, a parcela de domésticas com carteira assinada alcançou seu maior patamar (33%), passando a decrescer continuamente, até chegar a 28% em 2020. Em números absolutos, a perda foi de 636 mil empregos formais.

RETROCESSOS NAS AÇÕES PARA MULHERES DO CAMPO, DAS FLORESTAS, DAS ÁGUAS E DAS MARÉS

A implementação de políticas para assegurar direitos e autonomia das trabalhadoras rurais foi uma marca dos governos do PT. Resultado das mobilizações das Marchas das Margaridas, as mulheres conquistaram o acesso à terra, com a titulação conjunta nos assentamentos da reforma agrária e crédito fundiário; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que beneficiou cerca de 550 mil mulheres trabalhadoras rurais; o Programa de Organização Produtiva para as Mulheres do Campo da Floresta e das Águas; entre outros.

Para combater a violência, foi institucionalizado o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do campo da Floresta e das águas e das Marés; criadas as Unidades Móveis de atendimento às Mulheres Rurais Vítimas de Violência; e disponibilizados barcos, em parceria com a Caixa Econômica Federal, para atendimento às mulheres ribeirinhas.

A partir do golpe, essas políticas e programas foram fragilizadas, abandonadas ou extintas. Para citar um exemplo, o programa de Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais foi extinto a partir do PPA 2020-2023, com o orçamento zerado a partir de então.